



Desenvolvimento de Mecanismos de Comercialização como Forma de Resistência e Autonomia Camponesa

Development of Commercialization Mechanisms as Way of Peasant Resistance and Autonomy

LEME, Simone Maria¹

¹Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: simone.leme@ifms.edu.br

Resumo: Considerando a importância da manutenção do campesinato no campo, o que propomos discutir neste artigo é o desenvolvimento de mecanismos de comercialização como forma de resistência e autonomia camponesa, permitindo assim o fortalecimento da base de recursos do campesinato, sendo uma condição indispensável para a qualidade de vida e a manutenção da população no campo. A agricultura camponesa (agricultura agroecológica) trata-se de uma forma de produzir que contribui de forma significativa para a construção de uma perspectiva alternativa para o desenvolvimento rural, muito distinta do modelo proposto pelo agronegócio (agricultura convencional), com utilização intensa de agrotóxicos, destruindo assim a biodiversidade. Desta forma, destaca-se a importância da manutenção e multiplicação de comunidades camponesas, tendo em vista a diversidade produtiva, que toma como base os padrões de sustentabilidade, permitindo assim o desenvolvimento social, econômico e ambiental nas localidades onde estão fixadas. Para o desenvolvimento desta análise realiza-se uma discussão teórica sobre as características fundamentais da condição camponesa e o desenvolvimento de mecanismos de comercialização como estratégias de resistência e autonomia do campesinato, frente as relações capitalistas de produção. Entende-se que o desenvolvimento de diferentes mecanismos na comercialização dos produtos do campesinato, com valorização das relações comerciais locais permite a aproximação da população rural e urbana, e favorecem a interação entre estes diferentes grupos sociais. Além disso, cria condições para o fortalecimento da autonomia e a permanência camponesa, contrariando assim as tendências homogeneizadoras do espaço rural, que insistem no discurso da expropriação e proletarização do campesinato.

Palavras-chave: Campesinato, Mecanismos de Comercialização, Estratégias de Resistência, Autonomia Camponesa.

Abstract: Considering the importance of the maintenance of the peasantry in the field, this study proposes to discuss the development of commercialization mechanisms as way of peasant resistance and autonomy, thus enabling the strengthening of the peasantry's resource base, being a condition indispensable to the quality of life and the maintenance of the population in the field. The peasant agriculture (agroecological agriculture) is a way of producing that contributes significantly to the construction of an alternative perspective to rural development, which is very different of the model proposing by agrobusiness (conventional agriculture), with intense use of pesticides that destroy the biodiversity. Thus, noteworthy the importance of the maintenance and multiplication of peasant communities, in view of the productive diversity, taking as base the sustainability patterns, consequently



promoting the social, economic and environmental development in its locality. For the development of this analysis a theoretical discussion about the fundamental characteristics of the peasant condition and the development of commercialization mechanism as strategies of resistance and autonomy of the peasantry, facing the capitalist relations of production. It is understood that the development of different mechanisms in the commercialization of the peasantry products, with valorization of the local business relations, allow the approximation of the rural and urban population, and favor the interaction between these different social groups. Furthermore, it creates conditions for the strengthening of the autonomy and the peasant permanence, thus contradicting the homogenizing trends of the rural space, which insists in the speech of the expropriation and proletarianization of the peasantry.

Keywords: Peasantry, Mechanisms of Commercialization, Strategies of Resistance, Peasant Autonomy.

Introdução

A partir da década de 1970, tivemos profundas mudanças no espaço rural brasileiro, com fortes tendências na homogeneização dos espaços produtivos. Essas mudanças estão relacionadas a grande expansão do agronegócio com a produção de determinadas *commodities* que são direcionadas para o mercado externo, ocorrendo a concentração da produção, principalmente em grandes e médias unidades produtoras.

Essas mudanças também estão relacionadas ao processo de industrialização do campo, constituindo assim as chamadas “agroindústrias”. A industrialização do campo brasileiro, revela a unificação da indústria e da agricultura. *Esta unificação está sendo possível porque o capitalista industrial também se tornou o proprietário das terras* (OLIVEIRA, 1991, p. 24).

Porém, mesmo com a forte expansão do agronegócio sobre o campo brasileiro, verifica-se a permanência de camponeses que reproduzem seu modo de vida a partir do desenvolvimento de várias estratégias de resistência para a permanência na terra de trabalho e moradia.

Entende-se a produção camponesa como sendo aquela praticada pelos membros da família, é orientada para o autoconsumo da família camponesa e a comercialização de produtos, cujo objetivo principal é a produção de renda para à compra de produtos não produzidos pela família camponesa, insumos, e equipamentos de trabalho necessários para a produção.

A agricultura camponesa (agricultura agroecológica) trata-se de uma forma de produzir que contribui de forma significativa para a construção de uma perspectiva alternativa para o desenvolvimento rural, muito distinta do modelo proposto pelo



agronegócio (agricultura convencional), com utilização intensa de agrotóxicos, destruindo assim a biodiversidade.

De acordo com Peterson (2009), a produção camponesa progride a partir da utilização do trabalho familiar e de conhecimentos que valorizam as potencialidades ecológicas e socioculturais do local.

...o progresso do camponês contribui diretamente para o progresso da sociedade em que ele está inserido. Para usar o jargão corrente das ciências sociais, trata-se de um modo de produção multifuncional: além da função essencial de produzir alimentos em quantidade, qualidade e diversidade, ele molda estilos de desenvolvimento rural que mantêm relações positivas com os ecossistemas, criando empregos estáveis e dignos, dinamizando as economias regionais por meio da diversificação de atividades e se adaptando com flexibilidade a mudanças de contextos climáticos, econômicos e socioculturais. Em suma: induz processos de desenvolvimento triplamente vencedores – social, econômica e ambiental –, dando assim concretude ao ideal de sustentabilidade (PETERSON, 2009, p. 07-08).

Desta forma, destaca-se a importância da manutenção e multiplicação de comunidades camponesas, tendo em vista a diversidade produtiva, que toma como base os padrões de sustentabilidade, permitindo assim o desenvolvimento social, econômico e ambiental nas localidades onde estão fixadas.

Martins (1990; 2017) e Oliveira (1991), destacam que o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo se realiza em um movimento desigual e combinado. O capitalismo ao se desenvolver produz relações não capitalistas de produção, ou seja, junto a expansão capitalista temos a criação e recriação de relações não capitalistas de produção. A manutenção das relações de produção camponesas é um exemplo destas relações não capitalistas.

Porém, enfatiza-se que com a expansão do agronegócio os processos de reprodução camponesa tendem a ocorrer de forma precária, visto que as tendências que este modelo apresenta é provocar a expropriação de camponeses, e sua consequente proletarização no campo ou na cidade.

Desta forma, entende-se que o campesinato se reproduz no campo a partir do caráter contraditório do capitalismo, que permite sua existência junto a expansão capitalista, e a partir de várias estratégias e mecanismos criados pelo próprio campesinato para que seu processo de reprodução ocorra.

De acordo com Camacho (2016, p. 02), o agronegócio trata-se de um modelo de desenvolvimento que produz impactos socioambientais e a destruição da sociobiodiversidade, pois além da destruição ambiental, ocorre a interrupção do



processo humano de produção da cultura popular, tendo em vista a desterritorialização dos povos tradicionais.

Para Porto-Gonçalves (2017, p. 28-29), a monocultura do agronegócio revela uma prática que visa a não satisfação das necessidades alimentares dos povos que a produzem. *A monocultura é uma técnica que em si mesma traz uma dimensão política, na medida que só tem sentido se é uma produção que não é feita para satisfazer quem produz.* A produção camponesa tem suas culturas construídas em uma relação muito próxima com a natureza e com os saberes e técnicas tradicionais de fazer agricultura.

Considerando a importância da manutenção do campesinato no campo, o que propomos discutir neste artigo é o desenvolvimento de mecanismos de comercialização como forma de resistência e autonomia camponesa, permitindo assim o fortalecimento da base de recursos do campesinato, sendo uma condição indispensável para a qualidade de vida e a manutenção da população no campo.

Os resultados desta pesquisa estão estruturados em dois tópicos principais, inicialmente faz-se uma discussão teórica partindo das análises de Ploeg (2008), que estabelece elementos fundamentais da condição camponesa, na luta por autonomia. Na sequência faz-se uma discussão sobre os mecanismos desenvolvidos pelos camponeses para o processo de comercialização de seus produtos, entende-se que estes mecanismos são fundamentais para o fortalecimento da base de recursos da condição camponesa.

Metodologia

Este trabalho refere-se a uma discussão teórica sobre as características fundamentais da condição camponesa e o desenvolvimento de mecanismos de comercialização como forma de resistência e autonomia do campesinato, frente as relações capitalistas de produção.

Para as análises realizadas nesta pesquisa utiliza-se como referencial teórico principal a obra do sociólogo holandês Jan Douwe Van Der Ploeg, “Camponeses e impérios alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização”, nesta obra o autor faz uma análise de elementos fundamentais para a definição da condição camponesa.

Na obra “Camponeses e a arte de fazer agricultura”, Ploeg faz uma exposição de conceitos teóricos e políticos do russo Alexander V. Chayanov. Para Ploeg (2016), o principal objetivo de sua obra é sintetizar o pensamento de Chayanov, e conectá-lo com as características do campesinato da atualidade e dos problemas fundamentais dos movimentos sociais rurais atuais. Chayanov escreveu suas principais obras



entre os anos de 1905 e 1924, seus debates versavam sobre a importância do campesinato e a posição de classe dos camponeses, apesar de serem obras do início do século XX, constituem-se com referencial teórico importante para os estudos da organização camponesa da atualidade.

Outro teórico importante para as análises aqui realizadas é o sociólogo britânico Teodor Shanin, que faz uma discussão partindo da organização e do modo de vida do campesinato, ressaltando a importância da manutenção destes sujeitos no campo. Para Shanin (2008), os elementos fundamentais da organização camponesa têm por objetivo a reprodução de seu modo de vida, e não a acumulação de capital como ocorre na lógica capitalista de produção.

Características fundamentais da condição camponesa

Os camponeses desenvolvem uma multiplicidade de alternativas para enfrentar crises, só os camponeses possuem a capacidade de usar a família como um mecanismo para se defender das calamidades provocadas por fatores internos ou externos a unidade de produção camponesa, desta forma o autor destaca a importância de estudos que analisam a organização e o modo de vida do campesinato.

Precisamos estudar os camponeses não só para ajudá-los, mas para nos ajudar. Não temos que ensinar aos camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles (SHANIN, 2008, p. 28).

Da mesma forma Ploeg (2008; 2016), ressalta que os camponeses se reproduzem a partir da intensificação baseada no trabalho da família, essa é a forma que os camponeses lidam com a escassez de alimentos em momentos de crise.

Percebe-se que a centralidade no papel da família é um dos elementos que norteiam a economia camponesa. Ploeg (2008, p. 40) estabelece as características fundamentais da condição camponesa, para o autor os camponeses estabelecem uma luta contínua pela *busca de autonomia*, que muitas vezes se realiza em um contexto de privações e marginalização, tendo em vistas as forças homogeneizadoras que tendem a dominar os espaços produtivos da atualidade, a Figura 01 apresenta os mecanismos da condição camponesa a partir da luta por autonomia, conforme a análise de Ploeg (2008).

A luta por autonomia é desenvolvida a partir da criação de uma *base de recursos interna* a unidade de produção. Uma base de recursos consistente permitirá a criação de várias *formas de coprodução*, que tratam-se de atividades desenvolvidas na unidade de produção que utilizam-se de forma mais intensa da interação entre

homem e natureza, reduzindo a dependência de elementos externos a unidade de produção.

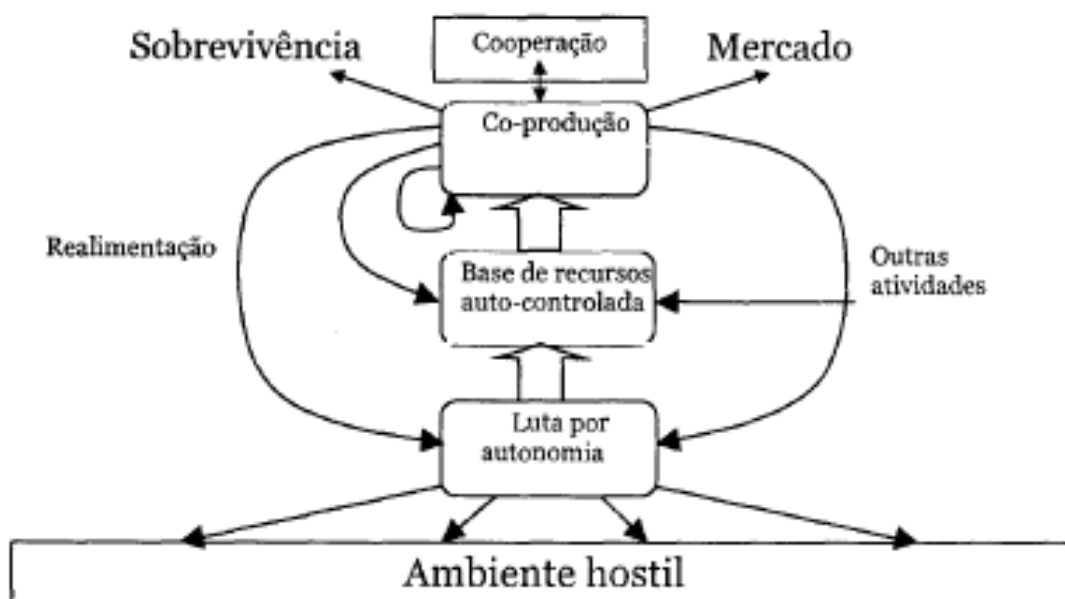


Figura 01 – Esquema da condição camponesa.

Ploeg (2008, p. 40).

Quando a quantidade de membros necessários para o trabalho não for suficiente para permitir o desenvolvimento de uma base de recursos consistente, os camponeses podem contar com a *cooperação* que pode ocorrer entre camponeses de uma comunidade, como a troca de dias de trabalho. Outros exemplos, podem ir desde trocas de produtos e sementes realizadas entre os camponeses, até a organização de uma cooperativa formada pelos próprios camponeses, com o intuito de obterem vantagens na comercialização dos produtos.

Os resultados da coprodução serão utilizados para o autoconsumo da família e para a venda no *mercado*, permitindo assim o fortalecimento da base de recursos, que por sua vez fortalece a coprodução e fomenta a autonomia, reduzindo a dependência de relações externas ao modo de vida camponês.

Caso as atividades desenvolvidas pelo campesinato não permitam a sua reprodução, outros mecanismos podem ser alternativos, como o desenvolvimento de *outras atividades*, agrícolas ou não agrícolas (o assalariamento temporário ou permanente, podem ser utilizados como exemplos), que acabam fortalecendo a base de recursos que por sua vez interage com a coprodução, criando assim mecanismos para aumentar a autonomia camponesa.



O elemento *sobrevivência* está relacionado com o fortalecimento da coprodução, que permite a produção para o autoconsumo da família, e a partir da venda adquirir no mercado produtos não produzidos na unidade de produção.

Desta forma, observa-se que os elementos que definem a condição camponesa, apresentados por Ploeg, interagem entre si e estão voltados para a busca constante por autonomia e a consequente reprodução do campesinato.

A seguir analisa-se como as relações desenvolvidas com o mercado, podem fortalecer o campesinato permitindo assim o fortalecimento de sua base de recursos. Entende-se que o campesinato precisa desenvolver vários mecanismos para negar a exploração da renda da terra camponesa pelo mercado capitalista, e os mecanismos de comercialização são elementos chave neste processo.

Mecanismos de comercialização camponesa

Entende-se que as relações de coprodução desenvolvidas na unidade de produção camponesa, e o desenvolvimento de diferentes estratégias na comercialização dos produtos camponeses, são elementos que permitem o fortalecimento da autonomia do campesinato e a sua consequente reprodução.

No que se refere a coprodução entende-se que o seu fortalecimento se dá a partir da utilização ao máximo de recursos internos a unidade de produção, e a redução de produtos adquiridos no mercado. Assim, a diversificação na produção é um mecanismo chave para o fortalecimento da base de recursos, tendo em vista que quanto mais diversa é a produção menos produtos deverão ser adquiridos no mercado.

São inúmeros os exemplos de atividades que podem ser desenvolvidas nas pequenas unidades de produção camponesa, que podem utilizar-se apenas da interação entre o camponês e a natureza: a plantação de uma variedade de gêneros alimentícios, a criação de vários animais, a caça, a pesca e a horticultura. O beneficiamento dos produtos dentro da unidade de produção também são mecanismos que fortalecem a base de recursos interna. Podemos citar como exemplos: a transformação do leite em queijo e a produção do doce de leite; a transformação da mandioca em farinha de mandioca; o processo de descascar a mandioca e acondiciona-la em embalagens para a comercialização; a produção de doces de frutos como mamão, laranja, caju, entre outros.

Considera-se aqui, que no processo de beneficiamento dos produtos os camponeses também recorrem ao mercado para a compra de instrumentos e produtos para a realização destas atividades como, por exemplo, a compra do açúcar para a produção do doce ou a compra das embalagens para o



acondicionamento dos produtos, porém os elementos adquiridos fora da unidade são em número reduzido se comparados com a utilização de elementos que referem-se a uma maior interação entre o homem e a natureza.

A partir da coprodução, os camponeses precisam criar mecanismos de comercialização que serão os responsáveis pelo fortalecimento da base de recursos. A eliminação de empresas ou atravessadores no processo de comercialização é uma estratégia utilizada pelo camponês para negar a exploração da renda camponesa pelo mercado capitalista. Por exemplo, quando o camponês deixa de entregar o leite para uma empresa de laticínios e passa a produzir seus derivados, e realizar a venda direta no mercado ou em residências da área urbana, tem-se um aumento da renda camponesa, e, além disso, esse fator proporciona uma maior interação entre a população do campo e da cidade.

Outro exemplo que pode ser destacado é a venda direta de produtos camponeses nas chamadas feiras livres. As feiras livres são espaços importantes para o fortalecimento da base de recursos do campesinato, eliminando assim possíveis atravessadores, além disso, os espaços das feiras também se constituem como ambientes que aproximam o campo e a cidade, e são importantes no que se refere ao conceito de Soberania Alimentar.

Entende-se que o conceito de Soberania Alimentar está relacionado ao direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção e de comercialização.

De acordo com Ploeg (2008, p. 43), os mecanismos de comercialização camponesa estão contidos em um amplo conjunto de relações que ligam o campesinato com o mundo externo, *o qual é estruturado pelos camponeses de formar a permitir o máximo de flexibilidade, mobilidade e capacidade de escapar ao controle.*

Desta forma, entende-se que no campesinato a palavra de ordem é a luta constante pela redução da dependência. Essa dependência de acordo com Ploeg (2008) reflete as trocas desiguais realizadas entre o mercado e o camponês, podendo reduzir a autonomia camponesa. Com o desenvolvimento do capitalismo no campo, o caráter contraditório do capitalismo permite que o camponês permaneça no campo, porém a tendência é que o capitalismo tente se apropriar ao máximo possível da renda da terra camponesa. De acordo com Oliveira (1991), quando esse processo ocorre estamos diante da sujeição da renda da terra camponesa ao capital, os camponeses se reproduzem, porém, subordinados a uma lógica capitalista, pois passam a produzir para atender a agroindústria.

Desta forma, o desafio posto aos camponeses é ainda maior, visto que devem criar mecanismos que neguem o processo de exploração capitalista, a partir de várias



estratégias voltadas para o fortalecimento da base de recursos, entre elas as estratégias de comercialização são elementos chave.

Torna-se importante ressaltar a importância das políticas públicas para criação de mecanismos para a comercialização dos produtos do campesinato. Um exemplo brasileiro são as garantias de compra de produtos camponeses em programas governamentais, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criados no governo do Presidente Lula. O PAA possui por finalidade promover à alimentação e incentivar a agricultura camponesa, através da compra de alimentos de camponeses com destinação a famílias em situação de insegurança alimentar, que estão cadastradas em instituições assistencialistas. O PNAE tem por objetivo oferecer alimentação aos estudantes das escolas públicas do Brasil.

Importante destacar também que, além da promoção de programas para o fortalecimento da produção camponesa, o poder público local deve criar mecanismos que facilitem a venda dos produtos nas áreas urbanas, suporte técnico para o processo produtivo e mecanismos que auxiliem no transporte dos produtos camponeses até a área urbana. Porém, nos últimos anos verifica-se no Brasil um forte alinhamento do governo com políticas para o fortalecimento do agronegócio, em detrimento da agricultura familiar camponesa.

Conclusões

Entende-se que o desenvolvimento de diferentes mecanismos de comercialização pelo campesinato, que valorizem as relações comerciais locais, permite uma aproximação da população rural e urbana, e favorecem a interação entre estes diferentes grupos sociais. Além disso, criam condições para o fortalecimento da autonomia e permanência camponesa, contrariando assim as tendências homogeneizadoras do espaço rural, que insistem no discurso da expropriação e proletarianização do campesinato.

Torna-se necessário o desenvolvimento de modelos alternativos para o desenvolvimento rural, modelos que valorizem o conhecimento dos povos tradicionais, valorizem as relações locais de comercialização, e valorizem o desenvolvimento de práticas não predatórias para o meio ambiente.

Enquanto as lógicas produtivas capitalistas, que recebem o total apoio do Estado, continuarem avançando sobre os espaços, não respeitando as culturas de povos tradicionais e expropriando camponeses, com intenso processo de degradação ambiental, os processos de reprodução camponesa continuarão ocorrendo de forma precária e a luta por autonomia será sempre a palavra de ordem do campesinato.



Referências bibliográficas

CAMACHO, R. S. **Por uma Agricultura Camponesa**. Cadernos de Agroecologia, v.11, p.1 - 12, 2016.

MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. 9.ed., São Paulo: Contexto, 2017.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4.ed., Petrópolis: Vozes, 1990.

OLIVEIRA, A. U. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org). **Campesinato: Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PLOEG, J. D. Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. Van Der. **Camponeses e a arte de fazer agricultura: um manifesto chayanoviano**. 1ª ed. – São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

PORTO-GONÇAVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 7ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.